

# Embargos de declaração

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | fevereiro 1, 2024  
EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR RELATOR DO ACÓRDÃO  
Nº \_ DA CÂMARA CRIMINAL DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADO DE \_\_

(espaço de cinco linhas)

XXXXXX, já qualificado nos autos do processo-crime nº \_ que  
lhe move a Justiça Pública, por seu advogado que esta  
subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência  
opor EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, com fulcro no artigo 619 do  
Código de Processo Penal, pelas razões de fato e de direito a  
seguir expostas.

## I – DOS FATOS:

O embargante foi condenado à pena de 1 (um) ano e 2 (dois)  
meses de reclusão em primeira instância.

Após haver apelado da respeitável sentença condenatória, a  
Colenda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça deu  
provimento à apelação do embargante para o fim de diminuir-lhe  
a pena.

Ocorre que conta da ementa do acórdão a condenação do  
embargante à pena de 14 meses de reclusão, estando esta  
contraditória com o teor do acórdão, uma vez que não houve  
qualquer redução.

## II – DO DIREITO:

Trata-se de decisão contraditória, pois caberia à Colenda  
Câmara reformar o venerando acórdão, diminuindo a pena  
aplicada ao embargante, eis que foi dado provimento à apelação  
interposta.

Com efeito, o artigo 619 do Código de Processo Penal dispõe

que aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, Câmaras ou Turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de 2 dias contado da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão.

No caso vertente, a contradição do venerando acórdão foi evidente, pois a Colenda Câmara apenas deu provimento à apelação, acolhendo o pleito de redução de pena, substituindo sanção de 1 (um) ano e 2 (dois) meses por 14 (quatorze) meses, não provocando, portanto, qualquer alteração substancial.

Dessa forma, o referido erro material deverá ser corrigido pela medida ora requerida.

### III – DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer sejam conhecidos e providos os presentes embargos, corrigindo-se a referida contradição, aplicando-se a redução da pena imposta ao embargante, como medida de inteira justiça.

Termos em que,

pede deferimento

Local e data

Advogado \_

OAB nº \_